

08.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Outros Documentos

8.2.1. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Entidade: Câmara Municipal de Odivelas
Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

8.2.1.1. Não ocorreram derrogações ao POCAL neste exercício.

8.2.2. Comparabilidade.

Em 2012 iniciou-se o processo de inventariação do Património, tendo sido refletidos na contabilidade (sem a devida reconciliação com os registos contabilísticos) o resultado dessa inventariação, cujos efeitos foram os seguintes (nas contas de 2012):

Rubricas das Demonstrações Financeiras	Ativo Bruto	Amortizações Acumuladas	Efeito na Conta 59	Efeito na Conta 57
Bens de Domínio Público:				
Terrenos e recursos naturais	-58.251.527,91		-58.251.527,91	
Edifícios	0,00		0,00	
Outras construções e infraestruturas	-140.339.546,90	12.829.343,40	-153.169.014,29	123,99
Bens património histórico, artístico e cultural	-1.596,15	3.450,00	-5.046,15	
Outros bens de domínio público	2.373.730,42	-447.393,71	2.821.124,13	
Imobilizações em curso	0,02		0,02	
Adiantamentos por conta de bens do domínio público	0,00		0,00	
	-196.218.940,52	12.385.399,69	-208.604.464,20	123,99
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	-4.000,00	-2.500,00	-1.500,00	
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00		0,00	
Propriedade Industrial e outros direitos	-286.600,45	-124.519,56	-162.080,89	
Imobilizações em curso	0,00		0,00	
Adiantamentos p/conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
	-290.600,45	-127.019,56	-163.580,89	0,00
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	14.526.667,81		14.494.437,81	32.230,00
Edifícios e outras construções	157.708,02	-9.753.488,03	9.911.196,05	
Equipamento básico	2.779.783,90	2.969.722,83	-189.938,93	
Equipamento de transporte	-484.651,19	-358.924,04	-125.727,15	
Ferramentas e utensílios	-51.594,18	-56.138,82	4.544,64	
Equipamento administrativo	-4.361.983,48	-3.837.214,75	-524.768,73	
Taras e vasilhame	0,00		0,00	
Outras imobilizações corpóreas	1.292.928,15	1.300.834,58	-7.906,43	
Imobilizações em curso	0,00		0,00	
Adiantamentos p/conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	
	13.858.859,03	-9.735.208,23	23.561.837,26	32.230,00
Efeito Total	-182.650.681,94	2.523.171,90	-185.206.207,83	32.353,99

Durante o exercício de 2013 foi concluído o processo de reconciliação do inventário com registos prediais e matriciais, bem como com a informação disponível na DGOU relacionados com processos de cedência de terrenos dos vários alvarás emitidos do Município.

Este trabalho foi desenvolvido pelo Gabinete de Gestão Patrimonial e de Administração Geral do Município, do qual resultaram os seguintes ajustamentos na conta de Resultados Transitados (efeito líquido de 59.214.611 euros):

RUBRICAS	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS
Bens de Domínio Público:		
Terrenos e recursos naturais	255.196,85	0,00
Edifícios	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	-81.200.983,78	-20.624.738,65
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	69.362,79	31.213,26
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens do domínio público	0,00	0,00
	-80.876.424,14	-20.593.525,39
Imobilizações Incorpóreas:		
Despesas de instalação	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00
Propriedade Industrial e outros direitos	84.955,75	84.955,73
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos p/conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
	84.955,75	84.955,73
Imobilizações Corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	-3.807.592,03	0,00
Edifícios e outras construções	6.803.586,02	1.919.928,68
Equipamento básico	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00
Equipamento administrativo	36.355,37	37.028,55
Taras e vasilhame	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	-4.547,80	2.556,94
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos p/conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00
	3.027.801,56	1.959.514,17
TOTAL	-77.763.666,83	-18.549.055,49

Em 2014 foi efetuado o levantamento por parte da DGOU das cedências / construções resultantes dos alvarás existentes, tendo para o efeito sido identificados montantes que foram corrigidos no módulo de património.

Para os bens em que não foram identificados os montantes de construção / cedências e os respetivos autos de receção, foram desvalorizados para zero.

O efeito destas situações nas contas de Imobilizado e Fundos Patrimoniais foi um incremento de 13.883.890 euros.

Em 2014 foi decisão do Município proceder-se à constituição de uma Comissão de Avaliação, a qual tem como objectivo, designadamente, efectuar uma correta valorização para os bens que actualmente estejam a zero, tendo em conta o preconizado no

POCAL para este efeito, ou seja:

- Custo de aquisição ou custo de produção (ponto 4.1.1 do POCAL);
- Valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos da lei (ponto 4.1.4 do POCAL);
- Avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens (ponto 4.1.4 do POCAL);
- Valor zero (ponto 4.1.4 do POCAL).

Durante o ano de 2015 a Comissão iniciou o seu trabalho, não tendo contudo, sido concluído. Desta forma, do trabalho de valorização em curso poderão resultar ainda alterações nas rubricas de Terrenos e de Outras Construções e Infra-estruturas e respectivas Amortizações Acumuladas e do Exercício, bem como nas rubricas dos Fundos Próprios.

Internalização da Empresa Municipal

No dia 1 de Janeiro de 2015 foram integrados os saldos relacionados com a empresa municipal – Municipália – cuja actividade foi internalizada no Município.

A referida entidade encontra-se extinta.

Os efeitos nas demonstrações financeiras do Município desta internalização foram os seguintes:

Conta POC	Saldos Iniciais			Anulação da participação e reversão da provisão			Anulação de saldos			Regularizações			Impacto Total
	Débito	Crédito	Líquido	Débito	Crédito	Líquido	Débito	Crédito	Líquido	Débito	Crédito	Líquido	
21	132.791,94		132.791,94			0,00	0,00	32.004,81	-32.004,81	53.518,13	70.145,35	-16.627,22	84.159,91
22	107,65	64.575,93	-64.468,28			0,00	984,00	0,00	984,00	62.311,47	0,00	62.311,47	-1.172,81
24	8.842,63		8.842,63			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.842,63
26	112.292,72	1.462.280,74	-1.349.988,02			0,00	1.448.192,24	61.378,70	1.386.813,54	13.726,31	13.276,40	449,91	37.275,43
27		157.196,03	-157.196,03			0,00	0,00	0,00	0,00	78.446,03	0,00	78.446,03	-78.750,00
29			0,00			0,00	548.000,00	0,00	548.000,00	0,00	121.203,78	-121.203,78	426.796,22
41			0,00		649.639,37	-649.639,37							-649.639,37
42	346.091,51		346.091,51			0,00	0,00	0,00	0,00	4.425,78	4.425,80	-0,02	346.091,49
48		0,03	-0,03			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,03
49				649.639,37		649.639,37							649.639,37
51	1.683.945,08	2.333.584,45	-649.639,37	649.639,37		649.639,37	35.612,59	900.192,24	-864.579,65	0,02	2.893,51	-2.893,49	-867.473,14
59	1.733.565,65		1.733.565,65			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.733.565,65
62			0,00			0,00				0,00	66.519,87	-66.519,87	-66.519,87
64			0,00			0,00				0,00	78.446,03	-78.446,03	-78.446,03
65			0,00			0,00				12.942,39	6.624,40	6.317,99	6.317,99
67			0,00			0,00				121.203,78	0,00	121.203,78	121.203,78
69			0,00			0,00	57.770,92	548.000,00	-490.229,08	0,00	0,00	0,00	-490.229,08
78			0,00			0,00	0,00	984,00	-984,00	0,00	0,00	0,00	-984,00
79			0,00		649.639,37	-649.639,37	0,00	548.000,00	-548.000,00	16.961,23	0,00	16.961,23	-1.180.678,14
	4.017.637,18	4.017.637,18	0,00	1.299.278,74	1.299.278,74	0,00	2.090.559,75	2.090.559,75	0,00	363.535,14	363.535,14	0,00	0,00

Imobilizações

8.2.3. Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da compensação. A valoração dos ativos e passivos tem em conta os critérios valorimétricos, bem como os critérios e métodos específicos descritos.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente s várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

As imobilizações estão registadas da seguinte forma:

1. Em resultado do processo de inventariação do Património do Município, foram utilizados para a valorização dos bens os critérios abaixo apresentados, pela sua ordem:

- valor de aquisição;
- valor patrimonial;
- valor de € 492,00/m2 com base na Portaria 16-A/2008, de 9 de janeiro, para construção;
- valor de € 570,30/m2 com base na Portaria 1529-A/2008, de 26 de dezembro, para habitação social.

2. Existem ainda bens imóveis que estão reconhecidos ao justo valor, reportado a 19/12/2008,

cuja avaliação foi efetuada por perito independente, existindo relatórios de avaliação a suportar os referidos montantes.

. Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital) são relevados ao custo de aquisição.

. Existências

As existências são registadas ao custo de aquisição líquido de IVA, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

. Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos apresentados.

. Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

. Acréscimos e Diferimentos

Os proveitos e os custos foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de

devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente de impostos diretos e indiretos é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Os critérios e métodos utilizados:

. Amortizações

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas na Portaria 671/2000 – CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do estado. O método de Cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a perdas de valores de Ativos (para cobrança duvidosas).

Relativamente às provisões para riscos e encargos (contas de passivo), as mesmas refletem as responsabilidades da Câmara em processos judiciais em curso, para os quais existem fortes probabilidades de vir a ser condenada.

. Subsídios

Os subsídios recebidos para comparticipar os custos com a construção de imobilizado são reconhecidos no passivo, sendo transferidos para proveitos na proporção das amortizações dos referidos bens subsidiados.

Sempre que existe fortes probabilidades dos subsídios serem recebidos são efetuadas estimativas (com base nas faturas consideradas elegíveis no âmbito de cada projeto) e relevados no ativo (conta de devedores diversos) por contrapartida do passivo (subsídios ao investimento) ou proveitos operacionais (subsídios à exploração).

.Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram

determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- . Vida útil do património
- . Provisões das dívidas a receber
- . Provisões para riscos e encargos
- . Estimativa de Férias e Subsidio de Férias
- . Proveitos a receber de projetos comparticipados
- . Subsídios a receber de terceiras entidades
- . Taxas a receber de terceiros.

8.2.4. Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

8.2.5. Não se aplica.

8.2.6. Na conta 43 – Imobilizado Incorpóreo não existem itens relativos a despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.

8.2.7. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, foi o de acordo com os seguintes quadros:

Ativo Bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Municipália	Regularizações	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e Trsf.	Saldo final
Bens de Domínio Público									
Terrenos e recursos naturais	11.535.846,91			100.750,00	0,00	-100.750,00		40.169,85	11.576.016,76
Edifícios	0,00								0,00
Outras construções e Infra-estruturas	59.431.244,33			8.898,96	0,00	127.596,75			59.567.740,04
Bens do património histórico, artístico e cultural	23.000,00			0,00	0,00	0,00			23.000,00
Outros bens de domínio público	3.183.896,79			0,00	0,00	0,00			3.183.896,79
Imobilizações em curso	0,00								0,00
	74.173.988,03	0,00	0,00	109.648,96	0,00	26.846,75	0,00	40.169,85	74.350.653,59
Imobilizações Incorpóreas									
Despesas de instalação									0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento									0,00
Propriedade industrial e outros direitos	769.706,22			71.542,99		0,00			841.249,21
Imobilizações em curso				0,00		0,00			0,00
	769.706,22	0,00	0,00	71.542,99	0,00	0,00	0,00	0,00	841.249,21
Imobilizações Corpóreas									
Terrenos e recursos naturais	46.549.253,27			643.270,23	-62.400,00	640,00	-474.490,00		46.656.273,50
Edifícios e outras construções	93.345.095,08			13.026,91	-105.700,00	360.941,77		48.600,00	93.661.963,76
Equipamento básico	7.619.648,94	320.463,55		12.195,01	0,00	2.939,78	-32.266,02		7.922.981,26
Equipamento de transporte	2.528.788,96			12.295,17	0,00	0,00			2.541.084,13
Ferramentas e utensílios	158.312,42			10.314,34	0,00	-60,16			168.566,60
Equipamento administrativo	2.776.997,89	15.123,66	-1.558,05	381.878,94	0,00	-8.791,44	-14.441,98		3.149.209,02
Taras e vasilhame	0,00								0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.655.501,79	10.504,32		14.370,27	0,00	5.911,78	-382,33		1.685.905,83
Imobilizações em curso	0,00		-37.914,79	453.745,59		-388.428,52			27.402,28
	154.633.598,35	346.091,53	-39.472,84	1.541.096,46	-168.100,00	-26.846,79	-521.580,33	48.600,00	155.813.386,38
Investimentos Financeiros									
Partes de Capital	2.230.245,81						-649.639,37		1.580.606,44
Obrigações e títulos de participação	3.078.068,01								3.078.068,01
Investimentos em imóveis	0,00								0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00								0,00
Edifícios e outras construções	0,00								0,00
Outras aplicações financeiras	0,00								0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00								0,00
Títulos da dívida pública	0,00								0,00
Outros títulos	0,00								0,00
Imobilizações em curso	0,00								0,00
	5.308.313,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-649.639,37	0,00	4.658.674,45
Total	234.885.606,42	346.091,53	-39.472,84	1.722.288,41	-168.100,00	0,00	-1.171.219,70	88.769,85	235.663.963,63

Amortizações e Provisões:

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço AE	Regularizações	Saldo Final
De Bens de Domínio Público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras Construções e Infra-Estruturas	23.774.768,27	3.009.294,26		26.784.062,53
Bens do património Histórico, Artístico e Cultura	6.900,00	1.150,00		8.050,00
Outros Bens de Domínio Publico	1.092.127,39	152.628,29		1.244.755,68
Total Imobilizações Incorpóreas	24.873.795,66	3.163.072,55	0,00	28.036.868,21
De imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação				0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento				0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	643.070,87	82.775,25		725.846,12
Imobilizações em curso				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				0,00
Total Imobilizações Incorpóreas	643.070,87	82.775,25	0,00	725.846,12
De imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios e Outras const.	11.012.899,47	1.546.049,71	-9.228,18	12.549.721,00
Equipamento básico	7.564.229,11	280.900,69	-32.266,02	7.812.863,78
Equipamento de transporte	2.362.750,61	67.448,24	0,03	2.430.198,88
Ferramentas e utensílios	151.624,48	4.608,88		156.233,36
Equipamento administrativo	2.133.761,69	277.365,07	-14.434,81	2.396.691,95
Taras e Vasilhame				0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.561.692,87	47.253,83	-382,33	1.608.564,37
Imobilizações em curso				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				0,00
Total Imobilizações Corpóreas	24.786.958,23	2.223.626,42	-56.311,31	26.954.273,34
Total	50.303.824,76	5.469.474,22	-56.311,31	55.716.987,67

8.2.8. Desagregação das rubricas dos mapas atrás referidos.

Os intervalos das taxas de Amortização aplicadas às rubricas dos mapas antecedentes são os seguintes:

Conta	Descrição	Taxas de Amortização (intervalo)
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

8.2.9. Não foram capitalizados custos relativos as empréstimos bancários contraídos para suportar a construção de imobilizados.

8.2.10. Não se aplica.

8.2.11. Não se registaram reavaliações. Os efeitos do processo de inventariação foram todos reconhecidos por contrapartida da conta de Resultados Transitados.

8.2.12. Os bens de Imobilizado sem valorização estão apresentados em lista Anexa. São bens relacionados com Terrenos, as Escolas que foram cedidas pelo Ministério de Educação em 2014, bem como todo o

equipamento administrativo nelas existentes, Livros e Obras de Arte.

8.2.13. Não se aplica.

8.2.14. Não se aplica.

8.2.15. Não se aplica.

Na listagem apresentada da Nota 8.2.12 surgem bens de domínio público que não se encontram valorizados pelos motivos explicados na Nota 8.2.2, acima.

8.2.16. Investimentos Financeiros.

Os capitais próprios das participadas a 31/12/2015 são os seguintes:

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CAPITAL SOCIAL EM 2015	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL EM 2015	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL EM 2014	%	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 2015	RESULTADO LÍQUIDO EM 2015	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 2014	RESULTADO LÍQUIDO EM 2014
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A	167.807.560,00	1.354.500,00	1.354.500,00	0,81	342.248.130,24	15.089.817,20	700.002.536,00	6.008.668,00
Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	50.000,00	24.500,00	24.500,00	49	810.849,54	781.575,84	29.273,70	602.726,49
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A	25.200.000,00	201.606,44	201.606,44	0,54	76.652.492,70	5.232.729,00	59.090.881,00	240.531,00
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas	12.032.052,00	0,00	0,00	0,43	41.240.538,00	1.832.517,00	39.082.256,05	660.311,24
TOTAL	205.089.612,00	1.580.606,44	1.580.606,44		460.952.010,48	22.936.639,04	798.204.946,75	7.512.236,73

A Municipália, EM, foi extinta em 2015. Os serviços foram internalizados no Município.

Relativamente à Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A., trata-se de uma sociedade anónima onde o Município detém 49% do seu capital.

Nesta data as contas da empresa não estavam ainda disponíveis. Contudo, a Câmara mantém uma provisão para investimentos financeiros no montante da sua participação no capital social.

Em 18 de Setembro de 2009 foi celebrado com a Odivelas Viva, S.A. um contrato de constituição de um direito de superfície de 2 imóveis do Município pelo prazo de 25 anos a seu favor. Este contrato tem como finalidade a conceção, implementação, desenvolvimento, construção, manutenção, conservação e exploração de Escola do Ensino Básico do 1º ciclo e jardim-de-infância do Casal dos Apréstimos e de um Pavilhão Municipal de Odivelas. Nesse mesmo contrato, o Município aceitou tomar de arrendamento ambos os imóveis a construir, pelo prazo de 23 anos e 6 meses mediante o pagamento de rendas. Para a concretização destes projetos, a ODIVELASVIVA, S.A. contraiu junto da CGD um financiamento até ao montante de 22,592 milhões de Euros, bem como um financiamento de apoio à tesouraria de 500.000,00 Euros. Como garantia do financiamento, e tal como referido no contrato, foi entregue à CGD uma Carta Conforto emitida pelo Município e hipotecados os direitos de superfície supra identificados, abrangendo todas as construções e benfeitorias que existam e venham a existir nos prédios.

O contrato de arrendamento do Pavilhão Multiusos foi assinado em 26 de Junho de 2012, com a produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 1.064.450,04 euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

Quanto à escola EB1 / JI do casal dos Apréstimos, o contrato de arrendamento foi assinado em 26 de Junho de 2012, com a produção de efeitos a partir de

1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 680.550 euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

Contudo, em 31 de Dezembro de 2015 a exploração do Pavilhão Multiusos encontra-se internalizado no Município de Odivelas (em 2014 também já estava).

O Município tem ainda uma participação financeira de 0,54% do capital social da VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A.

Esta aquisição foi aprovada pela Assembleia Municipal na 12ª Sessão extraordinária realizada a 31 de Julho de 2013.

Relativamente à participação que o Município detém na SIMTEJO, esta empresa sofreu um processo de fusão com 7 entidades, em junho de 2015, pelo que passou a ser denominada por "Águas de Lisboa e Vale do Tejo". No seguimento deste processo, o Município de Odivelas passou a ser detentor de 0,81% da participação da ALVT, correspondendo ao valor de 1.354.500€.

Em 2014, foi efetuado o ACORDO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR).

Os SIMAR de Loures e Odivelas são um serviço público não personalizado, de interesse local, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e geridos sob a forma empresarial, no quadro da organização intermunicipal, inscrevendo-se na administração direta dos respetivos municípios.

Os SIMAR não têm qualquer participação dos municípios. Contudo, a clausula 4 está definido que, em termos de distribuição de Perdas e Resultados Positivos e Imputação de Empréstimos, para efeitos do disposto no artigo 16.º, n.º 4 e 17.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31/08, os Outorgantes acordam que a distribuição e/ou imputação será efetuada a cada um dos municípios com base no número de clientes existentes em 31/12/2013 nos seguintes termos e condições percentuais:

- Município de Loures - 95.757 clientes, a que corresponderá 57%;
- Município de Odivelas - 72.259 clientes, a que corresponderá 43%.

O Município é ainda associado da Área Metropolitana de Lisboa.

As transações e saldos existentes no ano de 2015 com estas entidades são os seguintes:

Saldos:

DEVEDORES			CREDORES	
Saldos	Conta POC	Valor	Conta POC	Valor
Águas de Lisboa e Vale do Tejo			22	1.897.037,04
Odivelas Viva				0,00
Valorsul			22	4.647,54
SIMAR			22	232.756,83
Total				2.134.441,41

Transacções:

Transacções	CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS	
	Conta POC	Valor	Conta POC	Valor
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	62	4.195.661,97		
	65	58.592,31		
	68	123.653,70		
	69	158,54		
Sub - Total		4.378.066,52		
Odivelas Viva	62	1.851.807,96		
Sub - Total		1.851.807,96		
Valorsul	62	41.662,07		
	65	5.204,74	78	22.605,39
	68	546,02		
	69	38,64		
Sub - Total		47.451,47		22.605,39
SIMAR	62	890.503,01		
	65	358.185,64	78	4.493.720,12
Sub - Total		1.248.688,65		4.493.720,12
Total		7.526.014,60		4.516.325,51

Na conta de investimentos financeiros está ainda relevada a subscrição de unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto.

Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015 (no montante de 440 milhares de euros), através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.

Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconiza o reconhecimento, já em 2014, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, reflectido na conta de Outros Credores, o qual não releva para efeitos de

endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

8.2.17. Não se aplica

8.2.18. Não se aplica

8.2.19. Ver nota 8.2.12.

8.2.20. Não se aplica.

8.2.21. Não se aplica

8.2.22. Em 31 de Dezembro de 2015, as dívidas de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa que se encontram incluídas em dívidas a receber ascendem a 306.335,08 Euros, encontrando-se totalmente provisionadas.

Houve uma redução de 2.642.181,42 euros resultante do acerto de saldos com os SIMAR, reportado a dívidas dos antigos SMAS – Serviços Municipalizados de Loures ao Município de Odivelas relativa às receitas de águas residuais (Tarifa fixa – Conceito 21 e tarifa variável – Conceito 26) cobradas aos munícipes de Odivelas, no período de 2002 a 2006. O processo de negociação ficou concluído em 2015.

8.2.23. Dívidas – Pessoal (ativas e passivas).

As rubricas de pessoal, decompõem-se da seguinte forma:

DÍVIDAS PESSOAL	2015	2014
Cauções do pessoal	1.441,70	1.371,70
Adiantamentos ao Pessoal	-593,75	0,00
Internalização da Municípalia	300,00	0,00
TOTAL	1.147,95	1.371,70

As Dívidas Ativas respeitantes ao Pessoal da

Autarquia são de 593,75 euros.

Relativamente às Dívidas Passivas de Pessoal, salienta-se o seguinte:

- O montante de 1.741,371,70 Euros referente a “Cauções do Pessoal” corresponde aos créditos de depósitos de garantia/cauções do pessoal relativo ao exercício de funções de manuseamento de valores, determinados por lei.

8.2.24. Não se aplica.

8.2.25. Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em mora.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE COBRANÇA DUVIDOSA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Clientes, Contribuintes e Utes de Cobrança Duvidosa	2.884.084,98	133.031,27	2.710.781,17	306.335,08
TOTAL	2.884.084,98	133.031,27	2.710.781,17	306.335,08

Não existem débitos ao Estado e Outros Entes Públicos cujo pagamento esteja em mora. No entanto, a 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, reflete um saldo credor de 314.847,55 Euros e decompõe-se da seguinte forma:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2015	2014
Retenção de Imposto sobre o rendimento	177.622,90	192.343,09
Iva a pagar	12.861,94	4.502,98
IVA - Liquidações oficiosas	-1.183,39	-1.183,39
Iva a recuperar	-8.842,63	0,00
Caixa Geral de Aposentações	103.565,69	331.096,24
ADSE	-136,70	42.226,14
Segurança Social	30.846,55	93.596,99
Serviços de Assistência Médica	113,19	112,95
TOTAL	314.847,55	662.695,00

8.2.26. A desagregação das responsabilidades dos fundos caucionados por fornecedores de imobilizado e credores diversos encontra-se discriminado no mapa de operações de tesouraria.

Para 2016 transita um valor de fundos caucionados de 16.424.711,06 Euros, resultante de um saldo inicial

de 16.790.389,63 Euros a que acresceu a prestação de 703.961,93 Euros, a liberação de Garantias/Cauções no montante de 1.069.640,50 Euros e garantias acionadas no montante de 0,00 Euros.

DESAGREGAÇÃO DAS CONTAS DE ORDEM	SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Garantias e cauções	16.790.389,63	0,00	1.069.640,50	703.961,93	16.424.711,06	0,00
Cauções de Empreitadas	490.591,55	0,00	152.416,02	106.746,50	444.922,03	0,00
Cauções de Prestações de Serviços	8.324,90	0,00	0,00	0,00	8.324,90	0,00
Garantias Bancárias	16.291.473,18	0,00	917.224,48	597.215,43	15.971.464,13	0,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.790.389,63	0,00	1.069.640,50	703.961,93	16.424.711,06	0,00

8.2.27. Os movimentos nas rubricas de provisões, durante o exercício de 2015 foram os seguintes:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
19 - Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - Provisões para cobranças duvidosas	3.685.344,60	186.865,82	3.264.200,80	608.009,62
292 - Provisões para riscos e encargos	2.561.812,35	200.000,00	564.575,00	2.197.237,35
39- Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49- Provisões para investimentos financeiros	674.139,37	0,00	649.639,37	24.500,00
TOTAL	6.921.296,32	386.865,82	4.478.415,17	2.829.746,97

As provisões para cobrança duvidosa registadas têm por base 100% do valor das dívidas constantes na conta 21.8 – Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Neste exercício foram revertidas provisões no valor de 3.264.200,80 Euros relacionadas com a anulação de saldos com habitação social (68.599,75 Euros), bem como pela anulação da totalidade dos saldos devedores com a Municpália (548.000 Euros) e pela

anulação da dívida que existia perante os antigos SMAS de Loures (2.642.181,42 Euros), cujo processo de encontro de contas ficou fechado no início de 2015.

O aumento do montante da conta “Provisões para cobrança duvidosa” deve-se à provisão efetuada referente às dívidas em atraso de Rendas, Alugueres e Outros, no montante de 186.865,82 Euros.

Foi ainda revertida a provisão constituída referente ao valor da participação financeira da Município,

pelo facto da mesma ter sido extinta em 2015 e internalizados os seus serviços no Município, no montante de 649.639,37 Euros.

O valor acumulado de provisões para riscos e encargos constituída até 2015 cifra-se em 2.197.237,35 Euros (2014: 2.561.812,35 Euros) e respeita a riscos e encargos associados a processos judiciais onde a Câmara Municipal de Odivelas é ré.

Esta provisão teve um reforço de 200.000 Euros em 2015 e reduções de 564.575 Euros, decorrente da absolvição do Município em dois dos processos onde era Ré.

No âmbito do apoio à instalação de novos municípios, definida na Lei 142/85 e na Lei 48/99, o Município de Odivelas peticionou uma ação administrativa comum sob a forma ordinária à Presidência do Conselho de Ministros no montante de 18.319.767,91 Euros. Este

valor não se encontra relevado no Balanço do Município por se considerar um activo contingente.

8.2.28. Fundo Patrimonial.

O Fundo Patrimonial apresentava um saldo inicial de 131.617.662,53 Euros, relativo a Património, Reservas Legais e Resultados Transitados. Os movimentos ocorridos na classe 5 foram os seguintes:

- Incremento da conta 51 – Património, resultante do processo de internalização da Município (ver mapa Nota 8.2.2);
- Incremento na conta 57.1 – Reservas Legais, no montante de 91.023,36 Euros, em resultado da aplicação de resultados de 2014;
- Incremento na conta 57.6 – Doações, decorrente da cedência de espaços verdes;
- Incorporação de 1.729.443,80 Euros do Resultado Líquido do exercício de 2014, na conta 59.1 – Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos;
- Aumento na conta 59.4 – Município provenientes da internalização da Município (Resultados Transitados).

FUNDO PATRIMONIAL	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51.1 - Património CMO	318.430.575,44	0,00	0,00	318.430.575,44
51.2 - Património Municipália	0,00	3.236.670,20	2.369.197,06	867.473,14
57.1 - Reservas Legais	1.785.850,42	91.023,36	0,00	1.876.873,78
57.4 - Reservas Livres	0,00	0,00	0,00	0,00
57.6 - Doações	32.353,99	88.769,85	0,00	121.123,84
59.1 - Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos	40.381.773,26	1.729.443,80	0,00	42.111.217,06
59.2 - Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património	-230.536.928,87	0,00	0,00	-230.536.928,87
59.2 - Regularizações efectuadas aos projetos comparticipados	-296.428,87	0,00	0,00	-296.428,87
59.4 - Saldos Finais da Municipália	0,00	-1.733.565,65	0,00	-1.733.565,65
88 - Resultado Líquido	1.820.467,16	7.826.806,84	1.820.467,16	7.826.806,84
TOTAL	131.617.662,53	11.239.148,40	4.189.664,22	138.667.146,71

Na conta 59.2 - Regularizações de Inventariação do Património estão reflectidos os efeitos das regularizações já efectuadas no âmbito da inventariação do Património do Município.

Nesta data, não foram ainda apresentadas as conclusões decorrentes do trabalho que está a ser desenvolvido por esta Comissão, podendo ainda vir a ser efectuadas regularizações nesta matéria.

Foi decisão proceder-se à constituição de uma Comissão de Avaliação, a qual terá como objectivo, designadamente, efectuar uma correta valorização para os bens que actualmente estejam a zero, tendo em conta o preconizado no POAL para este efeito, ou seja:

- Custo de aquisição ou custo de produção (ponto 4.1.1 do POAL).
- Valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos da lei (ponto 4.1.4 do POAL).
- Avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens (ponto 4.1.4 do POAL).
- Valor zero (ponto 4.1.4 do POAL).

8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias

Vendas e das Matérias Consumidas.

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	2015	2014
		MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
32/36 - Existências Iniciais	0,00	85.195,43	99.555,27
312/316 - Compras	0,00	23.584,62	14.490,88
38 - Regularizações de Existências	0,00	-5.906,39	3.587,84
32/36 - Existências Finais	0,00	83.953,18	85.195,43
612/616 - Custo do Exercício	0,00	18.920,48	32.438,56
CMVMC = EI+C+/-REG-EF	0,00	18.920,48	32.438,56

Em 2015, o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas situou-se em 183.517,69 Euros.

O aumento face a 2014 deve-se ao facto de terem sido alienadas habitações sociais, cujo custo se cifra em 158.871,82 Euros.

8.2.30. Não se aplica.

8.2.31. Demonstração de Resultados Financeiros.

O quadro abaixo visa apurar os ganhos ou perdas financeiras do Município de Odivelas, ou seja, os custos suportados pela utilização de recursos financeiros e os proveitos resultantes de aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo.

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	421.315,46	740.996,70	781	Juros obtidos	12.592,74	29.835,75
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	6.529.841,94	6.552.896,01
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	674.139,37	784	Rendimentos de participações de capital	22.605,39	99.265,64
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos P.P Concedidos	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	71,87	55,29
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	1.140,51	1.133,37	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS		6.142.655,97	5.265.783,25				
		6.565.111,94	6.682.052,69			6.565.111,94	6.682.052,69

O montante de 6.529.841,94 Euros na rubrica 783 – Rendimentos de Imóveis é resultante das rendas de concessão pagas pela EDP, nos termos da Portaria n.º

437/2001, de 28 de Abril e das receitas de águas residuais (tarifa fixa – conceito 21 e Tarifa variável –

conceito 26) cobradas aos munícipes de Odivelas, pagas pelos SIMAR referentes a redes de saneamento de águas residuais.

Na conta 784 está refletida a estimativa dos dividendos a atribuir pela Valor Sul, cuja participação é de 0,54%, no valor de 201.606,44 Euros.

No exercício de 2015 as Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ex-SIMTEJO), não distribuíram dividendos,

bem como o débito das rendas tendo a participação do Município passado de 3,5% para 0,81%.

O montante refletido na rubrica na rubrica 688 – Outros custos e perdas financeiras resulta de custos com serviços bancários.

8.2.32. Demonstrações dos Resultados Extraordinários.

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	3.460.465,39	4.079.841,68	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	63.103,93	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	181,09	138,72	79.3	Ganhos em existências	0,15	479,42
694	Perdas em imobilizações	474.497,17	135,36	794	Ganhos em imobilizações	0,00	46.713,00
695	Multas e penalidades	256,84	10,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	443.253,03	797.789,15
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	1.836.233,75	54.135,55
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	95.937,66	612.658,48	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	33.670,31	77.159,06
698	Outros custos e perdas extraordinários	139.395,39	55.543,96	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.246.062,42	698.968,29
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-674.617,81	-3.073.083,73				
		3.559.219,66	1.675.244,47			3.559.219,66	1.675.244,47

Os resultados extraordinários registaram um valor negativo de 674.617,81 Euros.

O valor reconhecido em Perdas em Imobilizações referem-se a abates de Património, cujo valor se reporta ao desreconhecimento de um terreno, cuja escritura de cedência ocorreu em finais de 2014.

Em termos de proveitos, o valor das reversões de provisão ascende a 1.836.233,75 Euros, dos quais 548.000 Euros (dívidas de cobrança duvidosa) e 649.639,37 Euros (participação financeira) referentes a provisões revertidas pelo processo de internalização da Município.

Em 2015 o Município foi absolvido de dois processos onde estava constituído como Réu, o que originou a reversão de 564.575 Euros de Provisões para Riscos e Encargos.

Do montante relevado em Outros proveitos e Ganhos Extraordinários, cerca de 582.675,23 Euros refere-se ao reconhecimento de três terrenos derivado da anulação de um contrato de venda, inicialmente efectuado em 2009. Estes terrenos foram reconhecidos no Património do Município.

Inclui ainda 565.488,88 Euros refere-se à transferência da rubrica de Proveitos Diferidos relativos a subsídios ao investimento, na proporção das respetivas amortizações dos bens.

A maior rubrica destas contas corresponde às transferências de capital que o Município de Odivelas efetua a terceiros, decomposto da seguinte forma:

	ANO 2015	ANO 2014
Empresas Municipais	0,00	899.192,24
Freguesias	3.378.364,11	2.825.698,02
Colectividades	60.000,00	227.040,00
Bombeiros	22.101,28	127.911,42
TOTAL	3.460.465,39	4.079.841,68

8.2.33. Outras Informações consideradas relevantes.

- Responsabilidades de curto prazo.

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações encontram-se identificados no mapa de empréstimos.

A 31 de Dezembro de 2015, a Dívida com os Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo totaliza 17.993.407,45 Euros, sendo que as responsabilidades de curto prazo são de 3.805.840,48 Euros, conforme quadro seguinte:

ENTIDADE	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO	SALDO EM 31.12.2015	PREVISÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS PARA O PRÓXIMO ANO		
			AMORTIZAÇÃO	JUROS REMUNERATÓRIOS	TOTAL
Caixa Geral de Depósitos	42.692.521,73	14.008.320,34	3.016.918,77	57.772,57	3.074.691,34
Banco Português de Investimento	10.628.875,00	1.804.531,93	708.228,45	7.002,64	715.231,09
Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana	2.758.173,00	2.180.555,18	80.693,26	24.788,16	105.481,42
TOTAL	56.079.569,73	17.993.407,45	3.805.840,48	89.563,37	3.895.403,85

- Dívidas de Terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2015, as Dívidas de Terceiros têm a seguinte composição:

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO	2015	2014
Clientes C/C	44.816,34	9.116,33
Contribuintes C/C	1.718.390,07	2.056.757,36
Multas, Coimas e Outras Penalidades	11.304,00	13.116,80
Loteamento e Obras	1.706.876,73	1.984.046,45
Ocupação da Via Pública	0,00	59.384,77
Outros	209,34	209,34
Utentes C/C	55.501,27	96.462,13
Serviços Específicos das Autarquias	1.854,19	2.188,24
Rendas e Alugueres	46.609,68	88.629,39
Outros Utentes	7.037,40	5.644,50
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2.948.516,50	2.884.084,98
Estado e outros entes públicos	10.026,02	1.183,39
Outros Devedores	1.429.626,02	2.399.714,37
TOTAL	6.206.876,22	7.447.318,56

O saldo da rubrica Contribuintes c/c, no montante de 1.718.390,07 Euros, refere-se aos valores devidos ao Município de aplicação de coimas e custas de processos de contra-ordenação e de loteamento de obras.

O saldo devedor com os Utentes c/c corresponde às receitas devidas a rendas de habitação social e alugueres de pavilhões desportivos (55.501,27 Euros).

O saldo devedor de 1.429.626,02 Euros respeita, essencialmente, ao seguinte:

- Verbas a receber da DGESTE - 111.281,65 Euros;
- Às rendas devidas pela empresa EDP – Serviço Universal, S.A no âmbito do contrato de concessão no montante de 463.091,52 Euros;
- 372.411,63 Euros – verbas a receber de projetos participados;
- Dívidas a Terceiros de Curto Prazo.

Os valores das dívidas a terceiros decompõem-se, da seguinte forma:

DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO	2015	2014
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	1.462,32
Fornecedores C/C	2.887.027,00	5.006.458,99
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.553.211,07	2.317.787,90
Fornecedores de Imobilizado C/C	34.072,35	220.943,83
Estado e Outros Entes Públicos	324.873,57	663.878,39
Outros Credores	3.763.198,41	4.455.940,84
TOTAL	9.562.382,40	12.666.472,27

A rubrica de fornecedores c/c compreende saldos em dívida à data de 31 de Dezembro 2015, dos quais se

destacam:

- Acordo celebrado em 28 de Dezembro de 2012, com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, do qual se encontra em dívida 1.525.451,75 Euros, dos quais 996.899,53 Euros são para liquidar no curto prazo e o remanescente, no montante de 528.552,22 Euros a médio e longo prazo.
- Cedência de Créditos da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, à Caixa Geral de Depósitos, cuja dívida em 31 de Dezembro de 2015 é de 1.209.700,36 Euros, dos quais 678.298,24 Euros são para liquidar no curto prazo e o remanescente, no montante de 531.402,24 Euros a médio e longo prazo;
- SIMAR, no valor de 102.384,89 Euros.

Na rubrica “Fornecedores – Faturas em recepção e conferência”, os principais saldos que decompõem o montante em aberto a 31 de Dezembro de 2014, são os seguintes:

- EDP Serviço Universal, SA, no valor de 536.321,51 Euros;
- Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, no valor de 371.585,29 Euros;
- Gertal, S.A, no valor de 230.531,99 Euros;
- Ecociaf, Lda., no valor de 141.162,54 Euros

O saldo da rubrica Outros Credores, no montante de 3.763.198,41 Euros, respeita essencialmente ao Fundo de Apoio Municipal – 2.638.344,01 Euros e a Cauções de Fornecedores, no valor de 444.922,03 Euros.

Prazo Médio de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamentos é de 108 dias (2014: 152 dias).

Acréscimos e Diferimentos Ativos

De acordo com o princípio de especialização do exercício, o Município de Odivelas contabilizou em Acréscimos e Diferimentos o seguinte:

SALDOS DEVEDORES	2015	2014
271 - Acréscimos de Proveitos		
Juros a Receber	5.831,82	150,22
Outros Acréscimos de Proveitos	3.268.357,94	2.966.242,95
Sub - Total	3.274.189,76	2.966.393,17
272 - Custos Diferidos		
Assistência Técnica	1.164,40	979,39
Seguros	30.618,12	20.153,98
Outros Custos Diferidos	129.874,47	190.745,73
Sub - Total	161.656,99	211.879,10
TOTAL	3.435.846,75	3.178.272,27

Em Acréscimos de Proveitos, os principais movimentos considerados neste saldo são:

- Especialização da receita do SIMAR relativo a Novembro e Dezembro de 2015 – 743.581,37 Euros;
- Valores a Receber da DREL para pagamento a pessoal não docente – 650.330,19 Euros
- Especialização dos Impostos Directos – 1.130.592,52 Euros;
- Estimativa de Receita Lisboa Gás relativa a taxa de ocupação de via pública – 403.538 Euros.

Na rubrica Outros Custos diferidos foram contabilizadas Rendas de instalações e de Habitação social, pagas antecipadamente.

Acréscimos e Diferimentos Passivos

SALDOS CREDITORES	2015	2014
273 - Acréscimos de Custos		
Seguros a Liquidar	7.872,76	0,00
Remunerações a Liquidar	3.024.987,77	2.748.810,64
Juros a Liquidar	391.304,85	512.518,53
Assistência Técnica	24.691,88	0,00
Outros Acréscimos de Custos	1.485.457,69	3.744.588,16
Sub - Total	4.934.314,95	7.005.917,33
274 - Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	20.604.324,82	21.084.338,80
Outros Proveitos Diferidos	35.296,93	64.132,05
Sub - Total	20.639.621,75	21.148.470,85
TOTAL	25.573.936,70	28.154.388,18

O saldo da conta 27.3 – Acréscimos de custos inclui essencialmente:

- 3.024.987,77 Euros de remunerações e os respetivos encargos s/remunerações, referente a Férias e subsídio de Férias a liquidarem em 2016;
- 391.304,85 Euros de juros a liquidar, relativos aos custos de financiamento a reconhecer em 2016 associados ao serviço da dívida de médio e longo prazo;
- 1.485.457,69 Euros relativos a outros custos incorridos em 2015, cuja Factura só deu entrada nos Serviços em 2016.

Na conta 27.4 – Proveitos Diferidos, estão incluídos os subsídios para investimento, no montante de 20.604.324,82 Euros, atribuídos à autarquia, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, os quais

estando associados a ativos, são reconhecidos na conta “79.8.3 – Proveitos e ganhos extraordinários – transferências de capital”, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens subsidiados.

Mapa do Endividamento

Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município de Odivelas, a 31 de dezembro de 2015		
Demonstração do cálculo dos limites de endividamento municipal para 2015		MONTANTE (euros)
1	Receita corrente bruta em 2012	57.331.676,26
2	Reembolsos e restituições pagas em 2012	298.089,41
3	Receita corrente líquida em 2012	57.033.586,85
4	Receita corrente bruta em 2013	54.881.468,77
5	Reembolsos e restituições pagas em 2013	630.624,42
6	Receita corrente líquida em 2013	54.250.844,35
7	Receita corrente bruta em 2014	64.102.467,07
8	Reembolsos e restituições pagas em 2014	563.984,90
9	Receita corrente líquida em 2014	63.538.482,17
10	Média da Receita corrente líquida cobrada em 2012/2013/2014	58.274.304,46
11	Limite de Endividamento	87.411.456,69
Situação da dívida total municipal a 31 de Dezembro de 2015		
1	Total das dívidas a terceiros de médio e longo prazo de operações orçamentais	17.993.407,45
2	Total das dívidas a terceiros de curto prazo de operações orçamentais	10.436.455,74
3	Total da dívida de operações orçamentais	28.429.863,19
4	Total da dívida das entidades participadas de operações orçamentais	25.027.772,86
5	Total da dívida de operações orçamentais	53.457.636,05
Situação face aos limites		
Dívida Total - margem		33.953.820,63